



APORTA: pesquisa sob cooperação bilateral em C&T

(WP1 Inventory and Monitoring, tarefa 1.1)

Síntese inicial das entrevistas realizadas nas embaixadas

No âmbito do projeto europeu Aporta (*Acesso por Ciência e Tecnologia no Brasil*) realizou-se uma série de entrevistas de responsáveis pela cooperação científica bilateral nas embaixadas de diversos Estados membros da União europeia (UE) no Brasil. A idéia foi tirar proveito da experiência de atuação desses especialistas em cooperação bilateral, no intuito de identificar boas práticas a serem divulgadas e aplicadas, inclusive para a cooperação entre a UE e o Brasil.

A presente nota resume os resultados obtidos a partir das oito entrevistas realizadas. A título de introdução, esclarece-se a metodologia e as condições gerais de realização dessa pesquisa. A seguir, passa-se em revista as características da cooperação levantadas, tentando ao mesmo tempo obter um quadro geral de descrição e ressaltar as especificidades das ações em e um ou outro país. O segundo capítulo fornece uma relação das principais dificuldades encontradas na cooperação, com os diferentes caminhos encontrados para superá-las. O último capítulo comenta as respostas às duas perguntas, quanto à inovação e quanto à assimetria no intercâmbio, que foram submetidas às nossos interlocutores.

Introdução : contexto de realização do estudo

No âmbito do 7º Programa Quadro de Pesquisa e Desenvolvimento da União Europeia (7ºPQ), e mais especificamente no programa “*Capacities*”, parte 7 de Cooperação internacional, existe uma atividade chamada Access4EU, cuja finalidade é de favorecer a participação das equipes europeias nos programas nacionais de pesquisa e inovação dos principais países terceiros (Estados Unidos, Japão, China, etc.). Deve ser vista como um meio de implementar a reciprocidade, já que as equipes desses países tem a possibilidade de participar e submeter propostas nos editais do 7ºPQ.

a) Finalidade e contexto

Esta atividade vem completar um dispositivo de diversos instrumentos promovidos pela Comissão europeia no sentido de fortalecer a cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) com as outras regiões. Em particular no caso da região latino-americana e do Brasil, o projeto Eulerinet de diálogo político em CT&I e o projeto B.Bice, que visa incentivar as equipes de pesquisa brasileiras em participar do 7ºPQ.

Para o Brasil, a atividade Access4EU é efetivada através do projeto Aporta, coordenado pelos Alemães do DLR com a participação do CNPq (Brasil), de FortH (Grécia) e do IRD (França). O Aporta iniciou-se em 1º de outubro de 2009 e, nos três anos de sua duração, deve permitir uma melhor disseminação na comunidade científica europeia das oportunidades oferecidas pelas grandes agências brasileiras (CNPq, Finep, Fapesp, etc.), através da realização de « *information days* » na Europa e da criação e atualização de um website referenciando os editais de pesquisa e/ou inovação do Brasil, acessíveis aos pesquisadores europeus. Paralelamente, pretende-se identificar os obstáculos ora existentes nos editais brasileiros, que dificultam (ou impossibilitam) o acesso das equipes europeias afim de submeter os mesmos à análise do « *Joint Committee of S&T agreement UE-Brazil* », no intuito de superar tais obstáculos e promover maior interação, quando possível.

Uma das etapas iniciais mais importantes do projeto Aporta consiste em um estudo dos acordos de cooperação bilateral em ciência e tecnologia existentes entre o Brasil e os Estados membros da União

Européia, por se tratar de cooperação mais tradicional do que multilateral, focalizando-se mais precisamente nas dificuldades encontradas na sua implementação. Resolveu-se iniciar este trabalho através de contatos com os responsáveis pela promoção e acompanhamento dos acordos em CT&I, existentes nas embaixadas correspondentes em Brasília, esperando-se dessa maneira identificar barreiras existentes nessa interação e obter algumas sugestões com relação as boas práticas de intercâmbio com o Brasil, nas áreas científica e técnica. Ao mesmo tempo, esta metodologia possibilitou fornecer aos nossos interlocutores uma informação geral sobre os projetos europeus em andamento, com os quais poderiam interagir.

b) Realização, limitações

Foi decidido trabalhar uma amostragem de seis a dez entrevistas, tendo em vista o pouco prazo viável para realização das entrevistas e a pertinência devido as inevitáveis redundâncias, ao se desenvolver a mesma pesquisa em mais de vinte e cinco países, considerando os Estados membros (MS) e Países associados (AC) da União européia representados no Brasil. Escolheu-se portanto os países com uma cooperação mais intensa com o Brasil, acrescentando também um ou outro país mais recentemente incluído neste cenário. Mesmo assim, com uma amostragem finalmente limitada a oito países, o prazo necessário para conduzir as entrevistas estendeu-se por um mês e meio.

A metodologia adotada para essas entrevistas teve que ser adequada à função e ao nível das autoridades que nos receberem nas embaixadas, pois o tempo concedido para a entrevista dificilmente podia passar de uma hora a uma hora e meia e tampouco o questionário especialmente desenhado podia ser amplamente explorado. Praticamente, achamos mais apropriado recolher opiniões e reflexões expressas pelos entrevistados, sugerindo apenas alguns pontos mais específicos a serem comentados. Obviamente, a riqueza de informações obtidas dependeu muito da experiência do nosso interlocutor, as vezes recém chegado ao posto. Os resultados obtidos também variam muito de acordo com a função efetivamente assumida pela autoridade que nos recebeu, já que as representações diplomáticas não dispõem na sua maioria de pessoal integralmente dedicado aos assuntos científicos e de cooperação bilateral.

Contudo, achamos que cada entrevista permitiu coletar dados interessantes e originais, os quais foram sistematicamente registrados em breve documento, submetido à validação por parte do nosso interlocutor. A presente nota recapitula e sintetiza as transcrições correspondentes às oito entrevistas realizadas.

1. Características gerais da cooperação em CT&I no Brasil

a) Dispositivo dos acordos

O sistema brasileiro de pesquisa e inovação, que inclui os componentes estaduais ao lado da sua estrutura principal a nível federal, é organizado de acordo com um esquema clássico em três faixas : política/gestão, financiamento e execução¹. Assim, as agências financiadoras que ocupam o nível intermediário desempenham um papel central na programação das atividades científicas e técnicas no país, inclusive no que tange a cooperação internacional nesse setor. São portanto atores incontornáveis para conclusão dos acordos de cooperação que possibilitam ações conjuntas de pesquisa e/ou inovação. A grande vantagem de acordos deste gênero é que os projetos executados no seu âmbito estão formalmente legalizados, facilitando sobremaneira a mobilidade dos pesquisadores e a implementação das atividades científicas e técnicas programadas.

Entretanto, os acordos internacionais são sempre formalmente inicializados através de um convênio assinado entre os dois governos : um exemplo foi citado para os acordos em ciência em tecnologia entre o Brasil e a Suécia, que se baseiam na convenção inicial de cooperação econômica, industrial e de tecnologia, firmada entre os dois países.

Enfim, como o intercâmbio de estudantes e de professores se faz normalmente por meio de cooperação interuniversitária, existem em todos os países numerosos acordos assinados entre universidades européias e brasileiras. Porém, infelizmente as embaixadas normalmente não são informadas e têm pouco conhecimento dessas interações, o que torna difícil obter uma imagem mais completa do que esta acontecendo na cooperação. Embora menos formais, por envolver uma negociação de carácter individual e nem sempre institucional, os responsáveis nas embaixadas reconhecem que muito desses

¹ Vale observar que certas grandes empresas de pesquisa, como a Embrapa e a Fiocruz, fogem deste esquema.

acordos bilaterais existentes entre universidades e/ou centros de pesquisa têm grande potencial de cooperação.

Com esta primeira análise, poderia-se concluir que uma cooperação bilateral completa em CT&I com o Brasil necessita desses três níveis de acordo. Ademais, considerando de um lado a relativa especialização das três grandes agências federais (Capes para a mobilidade, CNPq para pesquisa e Finep para inovação), a existência das Fundações de Amparo a Pesquisa (FAP) estaduais de outro lado, o mecanismo de acordos tende a se tornar mais complexo. Sendo assim, uma cooperação bilateral em ciência e tecnologia intensa, diversificada e bem enraizada de certos países como Alemanha ou França com o Brasil, pode contar com mais de quinze acordos em vigor.

Entretanto as modalidades de organização do sistema nacional de pesquisa e de inovação do país europeu de origem da cooperação devem ser levadas em consideração, pois têm forte influência sobre essa cooperação. Idealmente, quando existem neste país estruturas homólogas às agências brasileiras supracitadas, os acordos a serem firmados são mais claros. É por exemplo o caso da Finlândia, que conta com o acordo entre a Academia da Finlândia (AKA) e o CNPq, da Suécia com o acordo de intercâmbio em tramitação entre a Capes e a Fundação Sueca de Pesquisa e Educação Superior (*Swedish Foundation of Research and High Education - Stint*) ou ainda em situação mais complexa da Bélgica, com o novo acordo quadro com o CNPq e com participação associada dos dois fundos das comunidades flamencas (FWO) e francófona (FNRS). Quando não há a mesma estruturação nacional do sistema no país europeu parceiro do Brasil, o mecanismo dos acordos de cooperação se torna mais complexo ainda, menos compreensível e certamente muito mais difícil de ser administrado. A Alemanha e a França são exemplos notórios de mecanismo mais complexo, mesmo com uma tendência à normalização neste último país, com a criação da ANR em 2005.

b) Tipologia dos instrumentos

Basicamente, pode-se distinguir duas grandes categorias de instrumentos na cooperação bilateral em CT&I², uma mais orientada para facilitar a mobilidade de cientistas, docentes e estudantes, outra destinada à favorecer a realização conjunta de pesquisa e ações de desenvolvimento tecnológico. Todavia, esta diferenciação traduz essencialmente uma diversidade nas abordagens, mais apropriada ao mundo universitário no primeiro caso, aos órgãos de pesquisa no segundo caso, pois a mobilidade de professores e doutorandos se inscreve naturalmente em um temática pre-definida, da mesma forma que o projeto de pesquisa conduz sempre ao intercâmbio de pesquisadores e estagiários. Deve-se observar, no entanto, que essas modalidades podem estar presentes tanto nos acordos entre agências ou interuniversitários.

Como a atividade Access4EU, à qual se refere o projeto Aporta, se interessa principalmente pela realização conjunta de projetos de pesquisa e/ou inovação, centrou-se nesta abordagem. Os responsáveis pela cooperação franco-brasileira nos sugeriram então distinguir três grupos de instrumentos: Grupo 1, visando a construção de parcerias bilaterais; Grupo 2, voltado ao uso de instrumentos visando a formação de redes e Grupo 3, voltado para a implementação de estruturas físicas conjuntas, tais como as unidades mixtas internacionais (UMI), e considerado como a forma mais integrada da cooperação internacional.

Essa tipologia tem a vantagem de incluir tanto as modalidades da cooperação promovidas pelas agências e baseadas em concorrência aberta - via edital - quanto às usadas pelas grandes instituições de pesquisa (Cnrs-França, Embrapa-Brasil, por exemplo), que pre-definem e escolhem os laboratórios dos países parceiros com os quais querem montar um projeto comum. Algo similar à chamada induzida, utilizada por algumas instituições brasileiras. Obviamente, existe uma hierarquia entre os três grupos, quer seja em relação ao ciclo de vida do projeto (as ações do tipo 3 são de mais longo prazo), ao volume de recursos envolvidos (que vai de algumas dezenas de milhares de reais, para o simples financiamento de um projeto de pesquisa bilateral, até milhões de reais, para um laboratório franco-brasileiro de biodiversidade, por exemplo), à duração das estadas de pesquisadores, etc.

a) Estratégia científica da cooperação

Nem sempre a política científica subjacente aos esforços dispensados pelos países europeus na sua cooperação CT&I com o Brasil aparece tão nítida quanto no caso da Grã Bretanha. Entretanto, pode se tirar alguns elementos e tendências gerais a partir dos discursos dos especialistas entrevistados. Com efeito, para os países de menor porte, cuja cooperação com o Brasil é modesta se comparada com a

² Independentemente da própria finalidade, que pode não ser apenas a excelência científica.

cooperação dos grandes países europeus, ela deve ser muito bem focada, tendo poucas prioridades bem definidas. Por exemplo, a Bélgica selecionou algumas áreas de interesse mútuo mais promissoras, como Biotecnologia, Energia Nuclear, Espaço, Micro-eletrônica e Nanotecnologia, no edital conjunto com o CNPq.

Ainda nos países de médio porte, com características mais anglo-saxãs, esse foco se dá naturalmente em áreas mais propícias ao desenvolvimento tecnológico e com potencial de valorização econômica mais imediato. A Suécia, por exemplo, assinou em 2007 um acordo específico no campo da bioenergia e, mais recentemente, foi concluído um memorando de entendimentos, visando promover especialmente a cooperação nas áreas de tecnologia de ponta e inovação industrial. Um último acordo completa o mecanismo, com a intenção de possibilitar um envolvimento mais concreto das empresas suecas nessa cooperação, com vistas à promoção do desenvolvimento tecnológico.

É muito mais difícil perceber as estratégias científicas quanto à cooperação com o Brasil dos maiores países europeus representados na amostra, como Alemanha, Espanha e França, pois há para cada um uma grande variedade de ações, com finalidades diferenciadas. Provavelmente pode-se dizer que estes países procuram estabelecer através da cooperação bilateral com o Brasil um tecido de relações tanto individuais como institucionais, não necessariamente com impactos imediatos em termos econômicos mais suscetíveis de retorno a longo prazo nos planos cultural, econômico e geopolítico.

Mesmo assim, o enfoque da Alemanha na sua cooperação bilateral está no desenvolvimento de tecnologia em determinadas áreas, como meio ambiente, recursos hídricos e clima. Há então interesse em se apoiar na experiência já adquirida, principalmente tendo em vista o avanço do Brasil em alguns campos, como biocombustíveis, exploração de petróleo em águas profundas (offshore), indústria aeronáutica, etc., nos quais as negociações são mais proveitosas e a cooperação mais eficiente.

Na cooperação britânica com o Brasil, existem intervenção do British Council e do DFID em complemento da parte estritamente científica. O British Council cuida mais especificamente da parte de mobilidade estudantil entre o Reino Unido e o Brasil enquanto que a atuação do DFID, no campo do apoio ao desenvolvimento, se focaliza muito no caso do Brasil na definição e montagem de cooperação conjunta dirigida aos países do Sul. De modo que a cooperação CT&I britânica se preocupe em selecionar ações que levem a aumentar não somente o fluxo de copublicações internacionais, mas sobretudo o índice de impacto dessas. Com base nos avanços da ciência brasileira, observados esses últimos anos através de análise bibliométrica das publicações científicas (a partir dos dados do Web of Science[®]), o objetivo perseguido consiste em identificar os setores de excelência da ciência brasileira e os melhores pesquisadores e os relacionar com os cientistas britânicos de Cambridge, Oxford, etc., apoiando o quanto for necessário os projetos de pesquisa oriundos destas colaborações. Assim, em acordo recentemente concluído com a Fapesp para apoiar os projetos científicos conjuntos de excelência, instituiu-se um *Joint Peer Review* que nada mais é que os comitês de avaliação do RCUK incluindo alguns cientistas brasileiros. Assim, ameniza-se o uso dos acordos bilaterais clássicos entre agências, pois não há necessidade de se reservar um orçamento específico à cooperação, buscando novas formas de interação, melhor adaptadas aos objetivos pretendidos.

2. Principais dificuldades encontradas na cooperação em CT&I com o Brasil

Nossos interlocutores identificaram alguns potenciais obstáculos a serem superados para agilizar a cooperação com o Brasil em matéria de ciência e tecnologia. Tratam-se em primeiro lugar de problemas relacionados com o idioma para efeito de estudo e cooperação, e de obtenção de vistos de longa duração. Ainda foram evocadas as questões de equivalência de diplomas e de aposentadorias para as pessoas que fizeram sua carreira em parte no Brasil e outra em um país europeu.

a) Idioma

Como pode se imaginar, a questão da língua ainda constitui um obstáculo importante, pois em muitos países europeus a prática do português é pouco comum³. No entanto, não chega a ser um problema como era há quinze anos atrás, pois muitos países europeus estão adequando o seu sistema de ensino superior ao padrão internacional de modo que diversos cursos em muitas universidades são ministrados em inglês. Isto talvez contribua para que haja mais estudantes brasileiros em certos países europeus do que estudantes europeus no Brasil, devido a problemas de comunicação, sobretudo com a comunidade local em sua vida cotidiana e em sua relação social fora da universidade.

³ Enquanto que, ao contrário, o espanhol torna-se cada vez mais popular no ensino médio.

De qualquer forma, o aprendizado do idioma necessita um investimento prévio que nem sempre é possível incorporar às ações implementadas pelos acordos bilaterais. Precisaria haver mais esforços neta direção.

Com relação ao idioma, o caso específico da Espanha é interessante pois este país investe muito na sua cooperação com o Brasil para apoiar o ensino do Espanhol no sistema educativo brasileiro, já que tem muito interesse por parte do Brasil em desenvolver essa alternativa linguística. Os instrumentos usados são variados e numerosos: existem seis centros para o ensino do espanhol no Brasil, há apoio à atuação de muitos professores espanhóis, nove institutos Cervantés foram implantados no País, etc.

b) Visto para permanência > três meses

Apesar da diretiva de outubro 2005, que visa a facilitar a entrada de cientistas na União Européia, já ser aplicada em muitos Estados membros, a obtenção de visto para permanência de pesquisadores e/ou estudantes com bolsas de pós-graduação brasileiros ainda constitui um problema em certos países europeus, quando a duração de estada deve ultrapassar três meses. Isto voltou a ser um problema a partir de 2001, com a implementação do Espaço Schengen na União Européia e só foi resolvido mais recentemente com esta diretiva.

Entretanto, observa-se de modo geral que as soluções dadas para este tipo de problemas acabam muitas vezes criando outras dificuldades e que, ademais, novas estratégias são sempre imaginadas pelas pessoas para contornar as disposições legais. Assim, ocorrem ainda muitos casos em que o estudante não consegue obter a carta de aceitação da universidade em tempo hábil, chegando assim mesmo ao país europeu sem o visto para não perder o início do ano letivo. Torna-se, porém, muito mais difícil resolver o problema nessas condições, isto é quando o estudante está presente na Europa.

Cabe ressaltar o caso singular da Grã Bretanha, pois não faz parte do Espaço Schengen e também não pretende transpor na sua legislação nacional a diretiva européia do visto científico. A lei inglesa é particular pois prevê um visto sem formalidade de seis meses, portanto os cientistas estrangeiros devem se adaptar para limitar suas estadias a essa restrição.

Deve-se registrar ainda uma certa dificuldade na obtenção de vistos temporários para Europeus realizarem pesquisa no Brasil, quando se trata de cooperação interuniversitária ou fora dos acordos bilaterais existentes.

c) Equivalência de diplomas

Quanto à questão da equivalência de diplomas, que chegou a ser comentada na mídia há alguns anos atrás, principalmente no caso específico dos dentistas brasileiros que exercem sua profissão em Portugal, vale observar que qualquer solução mais sistemática acaba se esbarrando as vezes em problemas políticos. Tendo em vista a autonomia universitária com tendência a ser cada vez maior em todos os países, a solução mais conveniente seria a adoção de uma comissão de equivalência *ad hoc*, em cada universidade, que atuaria na análise de caso a caso para julgar as essas demandas.

d) Outros problemas

No que diz respeito às aposentadorias, há dificuldade para os trabalhadores que fazem carreira em países diferentes, nos quais os sistemas de aposentadoria as vezes são muito diferentes. Deve-se trabalhar na elaboração de acordos específicos entre países parceiros, visando a solução desses casos.

Outra dificuldade mencionada na cooperação foi a heterogeneidade ou má distribuição dos recursos, as vezes concentrados em algumas áreas como meio-ambiente e mudanças climáticas, apesar da necessidade de sua ampliação para outros campos científicos da cooperação bilateral.

3. Dois assuntos recorrentes

Submetemos sistematicamente duas perguntas aos nossos interlocutores durante as entrevistas realizadas. A primeira se refere às eventuais colaborações existentes em termos de inovação, se há projetos concretos nessa área e se existe uma estratégia particular para essa cooperação específica. A segunda pergunta diz respeito a assimetria existente no intercâmbio, considerando por exemplo que há muito mais estudantes brasileiros nas universidades européias do que o inverso (estudantes europeus nas universidades do Brasil).

a) A questão da inovação

Como havia de se esperar, as atuações mais importantes neste campo são oriundas dos três maiores parceiros do Brasil: Alemanha, França e Grã Bretanha.

A Alemanha é conhecida por ser um país que tradicionalmente favorece a articulação entre a pesquisa e a indústria. Assim, há várias iniciativas de cooperação teuto-brasileira nesta área. Citaram-se, por

exemplo, os projetos Couro e SHIFT, como interessantes consórcios, envolvendo pelo lado brasileiro o CNPq, o Senai e o Instituto Euvaldo Lodi, com alunos de mestrado e doutorado e bolsas oriundas de fundos tecnológicos. Houve também a assinatura em 2009 de um novo acordo entre os institutos Fraunhofer e o IPT, de São Paulo, de modo que essas instituições alemãs tenham doravante uma representação no Brasil e possam promover conjuntamente a aplicação do conhecimento ao desenvolvimento tecnológico a partir da integração pesquisa-indústria.

Há anos que a cooperação França-Brasil se esforça para tentar estabelecer instrumentos para apoiar projetos conjuntos de inovação. Pode-se citar o programa Delta, no início dos anos 2000, o acordo ANR/Finep, de 2008, nas áreas de Bioenergias e Tecnologias da informação e comunicação ou ainda a atual chamada de projetos Oseo/Finep. Também existem algumas experiências da cooperação descentralizada. Entretanto não houve êxito até agora: a cooperação bilateral visando a inovação é muito mais difícil que na área científica e acadêmica. Um dos obstáculos importantes é a dificuldade de se encontrar estruturas parceiras que sejam de porte compatível. As alternativas que os responsáveis pela cooperação francesa estão buscando para avançar neste aspecto é a reativação de um grupo de trabalho franco-brasileiro dedicado à inovação (para retomar as reflexões no nível político, como forma de ampliar o diálogo e conseguir maior apoio) ou ainda a perspectiva de elaborar um novo acordo geral entre a ANR-França e o CNPq-Brasil, que possibilitaria associar esses dois parceiros para qualquer tipo de edital, inclusive no que concerne à inovação.

No que diz respeito ao Reino Unido, ainda evita-se usar uma abordagem *top-down* no caso da inovação, preferindo uma abordagem *demand-driven*. As ações neste sentido são de quatro tipos: 1) valorização de tecnologias brasileiras através de atores britânicos (pessoal especializado nas universidades), 2) valorização simétrica de tecnologias britânicas no Brasil e na América latina via intervenção de atores brasileiros, 3) formação de *joint ventures* entre empresas dos dois países e colaboração em processos de inovação (troca de *best practices*). Por exemplo, para iniciar ações do primeiro tipo enviou-se à Grã-Bretanha especialistas brasileiros da Usp e Unicamp, com algumas tecnologias já patenteadas a serem valorizadas, e essa operação obteve um bom êxito.

b) A questão da assimetria no intercâmbio

Discutindo-se a respeito da simetria dos acordos e da reciprocidade das ações, observou-se que nos países europeus onde a cooperação com o Brasil é mais tradicional, o número de estudantes brasileiros que seguem os estudos na Europa ainda é muito maior que o número correspondente de estudantes europeus que se inscrevem nas universidades brasileiras. O caso extremo é o dos estudantes brasileiros nas universidades britânicas, as quais não tem dificuldades em atrair estudantes estrangeiros de qualquer origem, mesmo tendo em vista os altos custos dos estudos correspondentes. Isto chega a dificultar eventuais acordos com a Capes, pois o ônus de um estudante brasileiro no Reino Unido é bem mais alto do que na França, por exemplo. Em outros países, na Finlândia por exemplo, este desequilíbrio não é tão importante, já que o número de estudantes brasileiros é muito pequeno.

O nosso interlocutor da cooperação espanhola entende que este desequilíbrio é muito menor em relação ao intercâmbio de pesquisadores do que de estudantes, principalmente doutorandos, em parte por causa da disponibilidade de bolsas. Segundo ele, a promoção do intercâmbio de professores pode constituir uma forma de reduzir este desequilíbrio.

Sem dúvida, existe um certo desconhecimento, por parte da Europa, em relação à estrutura, posição e imagem da ciência e das universidades brasileiras. Para ajudar a resolver esta parte do problema devem-se multiplicar as iniciativas para disseminar uma imagem mais atualizada da universidade brasileira na Europa⁴. Também o novo instrumento *Erasmus Mundus* oferecido pela Comissão Européia deverá contribuir para se chegar um melhor equilíbrio, sobretudo se as universidades brasileiras promoverem, paralelamente, a oferta de alguns cursos na língua inglesa, como tem feito cada vez mais as universidades na União européia.

Conclusão e perspectivas

O Brasil está cada vez mais visível nos países europeus e tornou-se para a maioria deles a primeira prioridade na Região. Por exemplo, apesar da Espanha ter promovido historicamente uma cooperação multilateral com os países latino-americanos, inclusive com a participação de Portugal (ver os

⁴ Caso dos « *information days* » previstos pelo projeto Aporta na Europa.

programas Cyted e Iberoeka, por exemplo, com resultados muito expressivos), sua cooperação bilateral em C & T está sendo reestruturada, visando reforçar o potencial de cooperação com o Brasil. De mesma forma, a cooperação portuguesa com o Brasil em Educação e C&T continua sendo estratégica e prioritária, principalmente considerando a ampliação dos investimentos portugueses no Brasil e vice-versa.

Este pequeno estudo mostrou o quanto diversos países europeus realizam esforços e alocam recursos, cada um por si, para estabelecer relações científicas e técnicas com a comunidade científica brasileira, e implementar uma cooperação em CT&I baseado em projetos comuns, adaptando-se ao contexto cultural e científico particular deste grande país parceiro. Independentemente da União Européia, que oferece um quadro formal de colaboração e aloca recursos próprios de cooperação multilateral, sugere-se que haja localmente mais relações e, no mínimo, mais circulação de informação entre esses países, de modo que se possam beneficiar mutuamente das experiências acumuladas. Sabe-se, por exemplo, que os diversos países escandinavos mantêm entre si relações privilegiadas que talvez poderia ser exploradas para a implementação de operações conjuntas locais de cooperação C&T com o Brasil, visto que alguns temas como os das mudanças climáticas interessem particularmente a todos os diferentes países do norte da Europa. Outras colaborações naturais, como Espanha-Portugal ou Alemanha-França poderiam certamente encontrar aplicações interessantes na cooperação CT&I com o Brasil. Ademais, os países europeus que têm mais tradição de cooperação com o Brasil poderiam certamente apoiar o ingresso de países mais novos nessa cooperação, como por exemplo os países do Leste europeu.

Observação adicional

Este documento provisório foi redigido para ser submetido ao debate com as pessoas interessadas, isto é além dos próprios entrevistados que fornecerem a matéria-prime por este trabalho, os responsáveis pela cooperação científica e técnica bilateral com o Brasil de outros países europeus. Uma vez enriquecido com as observações e críticas desses especialistas, obtidas por ocasião da reunião do dia 10 de março de 2010 na Delegação da União Européia em Brasília, o seu destino final será de constituir a parte mais original e significativa do *deliverable* D1.1 do projeto Aporta : *Analytical report on the survey of bilateral cooperation agreements and existing bilateral/reciprocal cooperation, including an overview of the Brazilian S&T funding system.*

Anexo : Relação das entrevistas realizadas

Nº	País	Data	Local	Interlocutores
1	França	26/01/2010	Embaixada	Pierre Colombier, Conselheiro cooperação, & Eric Bourland, Adido científico
2	Bélgica	29/01/2010	Embaixada	Claude Misson, Embaixador, Else Keyers, Conselheira, Naysa Brasil Teodoro, C&T
3	Espanha	03/02/2010	Embaixada	Ángel Altisent Peñas, Conselheiro Educação
4	Alemanha	09/02/2010	CNPq	Dirk Schüller, Conselheiro assuntos científicos e intercâmbio acadêmico
5	Finlândia	18/02/2010	Embaixada	Pekka Hirvonen, Segundo Secretário
6	Portugal	23/02/2010	Embaixada	Adriano Jordão, Conselheiro cultural
7	Suécia	02/03/2010	Embaixada	Elin Kronqvist, Primeira Secretaria
8	Reino Unido	03/03/2010	Consulado SP	Damian Popolo, Vice-consul Ciência e Inovação

(Equipe Aporta v1.3, 09 de março de 2010)